

EDITORIAL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DA NOVA GERAÇÃO DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS

Marcos Reigota

Universidade de Sorocaba/ Cnpq
marcos.reigota@prof.uniso.br
marcos.reigota@pq.cnpq.br

Resumo

O editorial argumenta que a educação ambiental brasileira surgida com os movimentos sociais nos anos 1970 esteve influenciada pela luta política contra a ditadura militar (1964-1984) e pelo pensamento pedagógico de Paulo Freire. Nos anos 1990 houve uma significativa produção de teses e dissertações nas universidades brasileiras que possibilitou a sua institucionalização. Os artigos apresentados nesse número da Revista Interacções foram escritos por pesquisadores e pesquisadoras que da nova geração, cujos trabalhos apontam para outras possibilidades da pesquisa em educação ambiental, distantes do que se denomina “ciência normal” (Thomas Kuhn).

Palavras-chave: Pesquisa; Institucionalização; Nova geração; Educação ambiental; Brasil.

Abstract

The editorial argues that Brazilian environmental education emerged with social movements in 1970s and was influenced by the political struggle against the military dictatorship (1964-1984) and the pedagogic thought of Paulo Freire. In the 1990s, very important academic productions of dissertations and theses were produced ensuring the institutionalization of environmental education in Brazilian universities. The articles presented in this edition of Revista Interacções were written by authors of the new generation of researchers and their work suggests other possibilities for environmental education, without the characteristics of “normal science” (Thomas Kuhn).

Keywords: Research; Institutionalization; New generation; Environmental education;



Brazil.

O histórico da educação ambiental brasileira está bem documentado e é de fácil acesso público, no entanto, creio ser necessário enfatizar (e repetir uma vez mais) alguns dos seus momentos e episódios. Em 1977, quando a educação ambiental começa efetivamente a ser difundida pela Unesco, o Brasil vivia sob a ditadura militar (1964-1984). Por mais totalitário que tenha sido esse período, os militares não conseguiram convencer, nem calar a todos.

Os movimentos sociais que reivindicavam a democratização do país tiveram um importante papel, e entre eles estava o minoritário, (ridicularizado por muitos, inclusive pelos camaradas que se posicionavam ideologicamente “de esquerda”) movimento ecologista.

É nesse contexto político de intensos debates que a educação ambiental brasileira inicia um percurso singular, próxima de uma “outra esquerda”, menos dogmática e totalitária, que incluía nos seus discursos e propostas a ecologia, o feminismo, a liberdade sexual, os direitos das minorias, a autonomia e a participação direta dos cidadãos e cidadãs. Essas idéias ganhavam o espaço público através de debates, livros, exposições, filmes, encontros, seminários e muitas atividades nas universidades, sindicatos, organizações estudantis e culturais, assim como na vida cotidiana de cada um.

No final dos anos 1970 também se inicia o movimento pela anistia aos presos políticos e aos exilados. Entre os mais conhecidos exilados, encontrava-se Paulo Freire, cuja influência nos movimentos sociais próximos dessa “outra esquerda” era, e ainda é, incontestável.

Em resumo, a educação ambiental brasileira que nasce com os movimentos ecologistas tem uma proposta política clara, que enfatiza a importância da participação direta da cidadã e do cidadão e é marcada pelo pensamento de Paulo Freire.

Com a anistia, a volta dos exilados, o fim da censura e a diminuição das perseguições e processos políticos inicia-se nos anos 1980 a redemocratização do Brasil e a educação ambiental começa a ser mais conhecida e praticada. Discretamente ela chega às universidades e algumas dissertações de mestrado sobre o tema são defendidas no país e por brasileiros no exterior.

A realização no Rio de Janeiro, em 1992 da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento solidificou nosso movimento e deu visibilidade à sua proposta pedagógica e política.

As universidades, que até então se mostravam refratárias à educação ambiental, se tornaram mais flexíveis, devido a presença nela de alguns militantes históricos do movimento, agora não mais como estudantes de graduação, mas sim como mestrandos e doutorandos e, em alguns casos, como professores e professoras.

Nos anos 1990 e na primeira década desse século, houve uma grande produção de teses e dissertações sobre educação ambiental em diferentes programas de pós-graduação, de perspectivas e bases teóricas variadas.

Teses e dissertações foram defendidas em programas de pós-graduação, entre outros, em artes, engenharia de produção, sociologia, ecologia, saúde pública, psicologia, geografia, antropologia, educação e programas multidisciplinares como os em ciência ambiental, desenvolvimento sustentável e educação ambiental.

A transversalidade e a inquietação indisciplinada da educação ambiental, encontram na produção acadêmica brasileira um dado empírico significativo, concreto e quantitativamente expressivo.

O espaço conquistado nas universidades possibilitou a difusão da educação ambiental para um grupo de interessados e de interlocutores altamente qualificado, nas revistas científicas e nas editoras comerciais e universitárias, colaborando para que artigos e livros chegassem a um maior número de pessoas.

Alguns dos livros sobre educação ambiental publicados no Brasil logo após a Rio-92, tiveram muitas edições e continuam a ser referência nos trabalhos da nova geração.

Esse crescimento possibilitou sua institucionalização, que evidentemente trouxe benefícios, mas que provocou um certo “enquadramento”, que deixou submersa e negligenciada sua capacidade crítica aos modelos de desenvolvimento e sua característica política.

Ao se institucionalizar oficialmente ou oficiosamente, nas universidades, e ao procurar seguir os padrões do que Thomas Kuhn define como “ciência normal” a educação ambiental brasileira, para sobreviver ou existir nos departamentos mais conservadores das universidades, ganhou muito em quantidade e em visibilidade, mas perdeu em outros aspectos, muito mais fundamentais, como a possibilidade de



adentrar a universidade como um pensamento crítico radical aos modelos de educação (e de ciência) herdados da modernidade, impregnados de positivismo ou de neo-positivismo, mesmo quando pautados ou reivindicando fundamentações teóricas ditas “progressistas”.

Uma pesquisa de grande porte que analise o processo de sua institucionalização nas universidades e conseqüentemente dos seus ganhos e perdas ainda está para ser feita e no parágrafo acima exponho observações e impressões pessoais (com todos os riscos que isso implica) .

Mas é a partir dessas observações e impressões e no sentido contrário ao comodismo da ciência normal que permite visibilidade e reconhecimento entre conservadores que selecionei os textos para essa edição da Revista Interações.

Em outras palavras, é no sentido contrário e apontando outras possibilidades que não as oferecidas pela institucionalização confortável, repetitiva e acomodada, que se pode encontrar autores e autoras de uma nova geração.

É evidente que muitos autores e autoras das gerações histórica e intermediária não “caíram em tentações” e continuam produzindo trabalhos altamente relevantes e acolhendo nos seus respectivos programas de pós-graduação novos pesquisadores interessados em romper barreiras e fronteiras teóricas, metodológicas e políticas.

Não são poucos os colegas das gerações histórica e intermediária com essas características, assim como não são poucos as/os colegas da “nova geração” que poderiam ter seus textos aqui incluídos.

A denominação de “nova geração” pode não ser a mais adequada, mas não encontrei outra que pudesse traduzir com fidelidade o que quero expressar. Os autores e autoras que aqui se encontram (com exceção das “históricas” Maria Cecília Focesi Pelicioni e Maria do Carmo Galiazzi, que assinam artigos com os seus respectivos orientandos e da “caçula” Juliana Evelyn dos Santos recém graduada em biologia e que assina artigo em co-autoria com o seu orientador de trabalho de conclusão de curso), são da geração de pesquisadores e pesquisadoras (independente da idade de cada um) que encontrou a universidade e os diferentes programas de pós-graduação abertos às pesquisas em educação ambiental.

Não precisaram explicar os aspectos básicos da educação ambiental para um orientador que desconhecia completamente o tema e a sua pertinência, nem precisaram fazer longas defesas de seus projetos de pesquisa junto aos colegas,

professores e agências de fomento e financiamento de bolsas de estudos de mestrado e doutorado.

A luta dos novos pesquisadores e pesquisadoras aqui presentes provavelmente tenha sido a de se verem livres do enquadramento normativo e institucional da “ciência normal”.

Eles e elas concluíram seus mestrados e/ou doutorados nos últimos anos e nesse sentido poderão influir na formação de outras gerações, assim como poderão participar da elaboração de políticas públicas e de ações cotidianas de intervenção. Poderão participar (e sou testemunho de que participam) do debate acadêmico e social, sobre a importância e características políticas e pedagógicas da educação ambiental, desconstruindo mitos, clichês e representações de ampla aceitação.

Como pertencentes à nova geração de pesquisadores e pesquisadoras são profissionais que se encontram e se encontrarão cada vez mais confrontados com os processos normativos, pragmáticos e produtivistas que dominam as universidades e que nos inflacionam com textos repetitivos, de originalidade duvidosa, pautados em afirmativas e conclusões apressadas e de senso comum e fragilidade conceitual camuflada em explicitação ideológica e partidária que garante verbas públicas para “pesquisas”, constantes eventos “científicos” e mais... publicações.

A produção “científica” inflacionada contemporânea oferece aos sociólogos e historiadores da ciência um farto material sobre o pensamento predominante (e normativo) de um período em determinada sociedade. Talvez seja essa a sua única contribuição.

Do ponto de vista pedagógico, ecológico e político que defendo e com que me identifico, penso que a contribuição dessa “produção científica inflacionada” é não só nefasta como muito perigosa.

Meu argumento é pautado em observações, vivências, análises, diálogos e confrontos públicos com colegas, que me possibilitam afirmar que o “produtivismo”: estabelece parâmetros empresariais oriundos do neo-liberalismo; provoca a competição feroz e naturaliza as diferenças; faz apologia e reverência a “lei do mais forte e do melhor adaptado”; cria os vícios da autoreferência e das citações negociadas (“eu cito você e você me cita”); anula a função social da ciência, principalmente de sua necessidade e urgência numa sociedade com os abismos sociais, educacionais e ambientais como é o caso do Brasil; privilegia cientistas que se



desdobram em ser notícia ou em participar cotidianamente de redes virtuais; estabelece grupos de interesses comuns e troca de favores no seio das instituições científicas e educacionais do Estado; possibilita a avaliação de trabalhos, projetos de pesquisa e publicações de acordo com interesses ideológicos e partidários de grupos e indivíduos no poder; orienta concursos públicos para preenchimento de vagas de pesquisadores e professores em universidades e institutos e aprova relatórios de pesquisa, teses e dissertações com fragilidade analítica, conceitual e metodológica.

A produção da nova geração de pesquisadores e pesquisadoras, pautada em critérios científicos diferentes dos acima indicados, poderá consolidar outras possibilidades da educação ambiental brasileira, que darão continuidade e eventualmente recuperarão a fragilizada argumentação crítica, criativa e combativa que a caracterizou no seu início.

Pesquisadores e pesquisadoras da nova geração e das gerações que virão depois dessa, terão o desafio de enfrentar e sobreviver em um contexto esquizofrênico e nada ecológico (que não é só brasileiro) surgido com o produtivismo e poderão ter um papel importante para que as características do meio acadêmico acima citadas sejam apenas uma triste lembrança de um tempo que passou.

Os textos que selecionei apresentam características específicas e alguns pontos em comum. Chamo a atenção dos leitores e leitoras para a perspectiva política que cada um apresenta e para o processo de deglutição de autores clássicos e contemporâneos quando em diálogo com os problemas ecológicos e com a educação ambiental.

Chamo também a atenção para as perspectivas e espaços pedagógicos que abordam e para os recursos metodológicos que se servem para responder às questões a que se propuseram.

A temática ambiental e cultural assim como os grupos sociais estudados e em pauta permitem ao leitor e leitora uma introdução ao Brasil contemporâneo, com seus conflitos e alternativas.

Os autores e autoras que participam desse número da Revista Interacções são colegas com os quais tenho tido a oportunidade de discutir algumas das questões teóricas, metodológicas e políticas que nos inquietam e nos inspiram.

Os trabalhos que realizam e os diálogos que temos tido contribuíram para que eu ampliasse e aprofundasse a minha própria compreensão da educação ambiental



como educação política e analisasse os seus desafios, suas lacunas, seus limites e suas possibilidades.

Espero que outros diálogos, concretos e virtuais entre os autores e autoras e leitores e leitoras provoquem “interacções”, cumplicidades e outros textos vivenciados que possibilitem o aprendizado da intervenção cidadã na vida cotidiana e que essa seja efetiva e intensa.

Para concluir quero agradecer a gentileza e acolhida dos editores da Revista Interações em particular ao Pedro Rocha dos Reis. Boa leitura.

Sorocaba, 16 de Fevereiro de 2009